

cescontexto

Direitos e Dignidade

Trajetórias e experiências de luta

IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos
Africanos – VOLUME I

Organização

Maria Paula Meneses

Bruno Sena Martins

Nº 13

Abril de 2016

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2016

Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se os/as colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. À Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e à Clara Carvalho (e respetivas equipas), agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente: à Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado, Alberto Pereira e ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitos foram os/as que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todos/as, gostaríamos de referir especialmente o contributo da Romina Mello Laranjeira, da Carolina Peixoto, do Nuno Gonçalves, da Begoña Dorronsoro e do Carlos Nolasco. Um agradecimento especial à Inês Elias pela edição dos textos, assim como à coordenadora desta coleção, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra), Fabrice Schurmans (CES), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações este se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa (e a oferta de livros à biblioteca do CES). O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

Índice

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

Introdução..... 10

Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

A segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial: Reflexões a partir da História, da Literatura e do Direito 14

Bruno Sena Martins

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos 24

Carolina Peixoto e Iolanda Vasile

Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal..... 33

Miguel Cardina

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva..... 49

Maria Paula Meneses

Só revendo o passado conheceremos o presente? Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique 56

Luísa Marroni

Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa 67

Carla Patrícia Silva Ribeiro

História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português 88

Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro

A descolonização de Angola nos jornais de Esquerda portuguesa (do 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975)..... 101

Alfredo Pazmiño

Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans (LGBT) en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo, Cabo Verde..... 113

Alain Souto Rémy

As autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental 131

Bruno Santos de Araújo Fernandes e Karla Gobo

As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970 138

Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas

Entre dilemas e escolhas: Consciência cultural e tradução cultural nas ONGD 151

José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges

Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde..... 169

Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ 182

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva¹

Miguel Cardina,² Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

miguelcardina@ces.uc

Resumo: Num país que tem oscilado entre a nostalgia imperial e os avatares de uma sociedade europeia e democrática, os ecos do ciclo africano, encerrado em 1974/75, continuaram a reverberar em Portugal no período democrático. A evocação dos tópicos associados ao passado colonial tem frequentemente surgido através de um duplo mecanismo de revelação e ocultação. Por um lado, retomam-se narrativas associadas à ‘grandeza pátria’ e à excepcionalidade da gesta expansionista lusitana. Por outro lado, este discurso celebratório tem caminhado a par com reconfigurações semânticas, desvios interpretativos e leituras parcelares. O texto que se segue observa a permanência contemporânea deste lugar problemático do colonial – ou seja, a sua simultânea exaltação e rasura – num conjunto de discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva. Toma-se como objecto primordial de análise as intervenções feitas, entre 2006 e 2014, nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho.

Palavras-chave: colonial, democracia, representações, Cavaco Silva.

O colonialismo e a guerra continuam a ser temas incómodos em Portugal. Tem sido particularmente estudado o modo como o campo literário no pós-25 de Abril produziu obras capazes de se transformar em *locus* privilegiado de reflexão e catarse sobre a experiência colonial portuguesa e a forma como se processou o seu desfecho (Teixeira, 1998; Medeiros, 2000; Ribeiro, 2004; Vecchi, 2010). Este conjunto de romances e poemas foram-se constituindo, a partir de finais da década de 1970 e durante as décadas de 1980 e 1990, como mecanismos de problematização acerca de um tempo sobre o qual – nomeadamente no que à guerra colonial dizia respeito – escasseavam os trabalhos de natureza historiográfica. Mais recentemente, a literatura sobre o Império e sobre a guerra veio a sofrer um novo surto editorial, frequentemente através de obras de cunho autobiográfico, que ora assumem um distanciamento crítico face ao período colonial, ora revelam traços explícitos de saudosismo por África.

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9), organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

² Investigador do Centro de Estudos Sociais, onde co-coordena o Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz, e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Os seus atuais interesses de investigação centram-se na temática do colonialismo, do anticolonialismo e da guerra colonial, na análise das dinâmicas entre história e memória e na reflexão sobre os usos e as particularidades da História Oral.

O título de uma recente colectânea de textos do ensaísta Eduardo Lourenço – recolhendo artigos produzidos nas últimas cinco décadas – identificava precisamente a experiência colonial como um “nosso impensado” que se foi reconfigurando durante o tempo da ditadura, os anos da revolução e o período democrático. Esse impensado assumiu várias formas e cruzou diferentes tempos. Desde logo, manifestou-se na apologia do Império efectuada pelo Estado Novo³ mas também na dificuldade da generalidade das oposições em propor narrativas alternativas e socialmente enraizadas a esse Portugal uno e indivisível que ia do Minho a Timor. Caída a ditadura, a herança traumática de um passado por exorcizar continuaria a produzir efeitos, observáveis nos ressentimentos sobre a ‘perda’ de África, nas manchas de silêncio sobre a guerra colonial ou no modo como se desenhou a imaginação da Europa enquanto novo desígnio nacional (Lourenço, 2014).

Num país que oscila entre a nostalgia imperial e os avatares de uma sociedade europeia e democrática (Santos, 2002), os ecos do ciclo africano, encerrado em 1974/75, continuaram pois a reverberar nos anos seguintes. A evocação dos tópicos associados ao passado colonial surge frequentemente através de um duplo mecanismo de revelação e ocultação. Por um lado, retomam-se narrativas associadas à ‘grandeza pátria’ e à excepcionalidade da gesta expansionista lusitana. Por outro lado, este discurso celebratório tem caminhado a par com reconfigurações semânticas, desvios interpretativos e leituras parcelares. O texto que se segue observa como a permanência contemporânea deste lugar problemático do colonial – ou seja, a sua simultânea exaltação e rasura – ocorre num conjunto de discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva. Toma-se como objecto primordial de análise as intervenções feitas, entre 2006 e 2014, nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho.

A primeira data evoca, como é sabido, o dia em que o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou a ditadura do Estado Novo. O golpe militar viria a dar lugar a um período revolucionário marcado por uma intensa participação popular em dinâmicas reivindicativas manifestadas em fábricas e nos campos, nas ruas e nos bairros populares, nas escolas e nos hospitais, nos órgãos do Estado e nas Forças Armadas. Desafiando a imagem de um povo resignado e de ‘brandos costumes’, durante 19 meses destruiu-se o aparelho repressivo proveniente da ditadura, questionou-se o capital e a estrutura da propriedade, ensaiaram-se novas formas de organização e expressão da vontade popular, conquistaram-se liberdades públicas e conduziu-se ao cessar da guerra, ao mesmo tempo que se assistiam a processos de independência de antigas colónias africanas. Pela sua centralidade, o 25 de Abril tem um termómetro particularmente sensível às mutações que o país foi sofrendo nas últimas quatro décadas, sendo alvo de múltiplas, conflituantes e por vezes truncadas evocações (Loff, 2014).

Por sua vez, as comemorações do 10 de Junho têm uma história mais antiga: as suas origens remontam às celebrações republicanas do tricentenário de Camões, em 1880, e o dia seria depois transformado pela República em feriado municipal de Lisboa. Em 1933, com o Estado Novo, viria a ser nomeado como ‘Dia da Raça’, e recriado a partir de 1963 num aparatoso momento de glorificação pública do esforço de guerra conduzida em África. Com a queda da ditadura, a celebração seria interrompido para a data voltar a ser festejada como ‘Dia

³ Exacerbando e conferindo centralidade ao que vinha já vinha sendo definido, ainda que de forma mais mitigada, desde finais do século XIX. Cf. Alexandre, 1995.

de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas’ a partir de 1977, decorrendo a cerimónia anualmente numa diferente cidade do país.

Enaltecendo o regime político e a Nação, ambos os feriados condensam momentos retóricos que manejam e deixam sugeridas certas interpretações da história nacional. Ao serem articulados pela instituição máxima da República, estes quadros históricos adquirem evidentemente um maior alcance político e simbólico. Pela sua natureza, estes são momentos não apenas retóricos mas também performativos, que não são imunes às circunstâncias sociopolíticas em que ocorrem e às quais os discursos aludem. Por outro lado, importa ainda frisar que os discursos a observar não têm a reflexão sobre a história como objecto primordial mas, apesar disso, aí se faz uma permanente articulação entre acontecimentos, características e contextos do passado com um presente político na qual a voz do Presidente procura reverberar e causar efeito.

A análise destes dezasseis discursos – oito proferidos no 25 de Abril, oito proferidos no 10 de junho - permite identificar a presença de cinco tópicos fundamentais associados à temática colonial. O primeiro tópico reside na imaginação da colonização como tendo consistido essencialmente num encontro de culturas. No discurso de 10 de Junho de 2008,⁴ afirma Cavaco Silva:

Portugal não se limitou a andar pelo mundo e a conhecer vagamente outros povos com quem se defrontou ou negociou. Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros, criou raízes fora de casa, lançou as bases para novas nações e pontes para o diálogo internacional que hoje tanto reivindicamos.

Este breve excerto condensa três ideias fortes que parecem sugerir a benignidade do colonialismo português relativamente a outros colonialismos. Em primeiro lugar, vinca-se a diferença do seu cosmopolitismo (“não se limitou a andar pelo mundo” mas efectivamente “criou raízes fora de casa”). Em segundo lugar, define-se a relação histórica entre os portugueses e os povos colonizados à luz das noções de convívio e miscigenação (“Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros”). Por fim, indica-se, de forma algo imprecisa, que “as novas nações” resultaram das “bases” lançadas pelos portugueses.

É possível identificar aqui uma espécie de reconfiguração de traços fundamentais do luso-tropicalismo. Essa teoria elaborada pelo brasileiro Gilberto Freyre teve recepção significativa em Portugal, sobretudo a partir de meados da década de 1950, quando veio substituir as teses de matriz mais claramente racistas, usadas para sustentar a legitimidade do que, do Acto Colonial de 1930 em diante, vinha sendo designado como ‘Império Colonial Português’ (Castelo, 1999). Apontando a capacidade inata dos portugueses em se miscigenar e interpenetrar culturalmente, o luso-tropicalismo teve incorporação nas elites do regime mas também expressão visível diversificada na cultura de massas durante os anos finais da ditadura (Cardão, 2012), o que ajudará a explicar a força e a presença desses postulados no Portugal democrático e pós-imperial.

⁴ Nesse ano, instado a comentar uma manifestação de camionistas que então decorria, Aníbal Cavaco Silva contornou o tema afirmando à comunicação social: “*Hoje eu tenho de sublinhar, acima de tudo, a raça, o Dia da Raça, o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas*”. As declarações do Presidente da República, evocando o modo como a data era comemorada na ditadura, motivaram acesa polémica, suscitando comentários de partidos políticos, artigos em publicações periódicas e discussão nas redes sociais.

O segundo tópico presente nos discursos de Aníbal Cavaco Silva reside na evocação do excepcionalismo da presença portuguesa no mundo. Essa inscrição específica na História seria produto do que, no mesmo discurso a 10 de Junho de 2008, se define como ‘universalismo português’. É esse impulso que originou a “*aventura que lançou os alicerces do mundo tal como ele se apresenta em nossos dias*”⁵. Esse universalismo teria assim dado lugar a uma presença no mundo não apenas singular mas ainda hoje culturalmente viva, politicamente frutuosa e socialmente estimada nos territórios outrora sob administração portuguesa. Um sintoma evidente da adopção desta chave de leitura está, não só nas palavras que se escolhem dizer, mas também nas que se entendem omitir: termos como ‘colonialismo’, ‘colonização’, ‘racismo’ ou ‘escravatura’ não surgem uma única vez nos dezasseis discursos analisados.

Articulado com o segundo tópico, uma terceira linha de força baseia-se na identificação da língua, da cultura e do património como os produtos históricos daquela ‘vivência universalista’ dos portugueses. O espaço da ‘lusofonia’ surge aqui como a reconfiguração contemporânea de um lastro histórico de encontros com outros povos. Curiosamente, a palavra surge apenas uma única vez, no discurso do 25 de Abril de 2014. A palavra ‘língua’, no entanto, surge com muito mais frequência - 15 vezes nos discursos do 10 de Junho; 7 vezes nos discursos do 25 de Abril – funcionando justamente como o elemento que permite referenciar a existência de uma História partilhada.⁶ Muito frequentes são também as alusões ao valor artístico do património edificado e ao Mar entendido, simultaneamente, como veículo central da grandeza passada e desígnio nacional contemporâneo.

Com efeito, o Mar e a sua relação com a história do país tem lugar em praticamente todos os discursos do 10 de Junho. No Porto, em 2006, fala-se da “*insatisfação colectiva que nos levou por mares tão longínquos*”. Em 2007, em Setúbal, menciona-se o facto de “*conhecermos o mar como ninguém*”. Em 2008, em Viana do Castelo, evoca-se o “*povo que se fez ao mar*”. Em 2009, em Santarém, refere-se a “*aventura marítima*”. Em 2012, em Lisboa, recordam-se as “*grandes epopeias náuticas de Quinhentos*”. O Mar sinaliza uma espécie de novo desígnio nacional que fazia ecoar a ancestral simbiose com esse elemento: daí as referências ao “*cluster do mar*”, à “*aposta portuguesa no mar*” e à “*economia do mar*” (2007). Esta leitura está em linha, aliás, com iniciativas como a campanha governamental “*Portugal é Mar*”, que teve uma das suas facetas na obrigatoriedade de afixação nas escolas de um mapa que mostrava um país que não era pequeno, se consideradas as suas adjacências marítimas.

Um quarto tópico consiste em definir como europeu o Portugal que então empreendeu a aventura colonial. Como é dito em 2007, “*foi Portugal quem primeiro levou a Europa ao encontro de outros povos, tornando assim real e concreto o universalismo que é timbre dos valores europeus*”. Na verdade, o feixe de palavras mais mencionadas nestes discursos são ‘Portugal’ – ‘portugueses’ – ‘portuguesas’ – ‘português’ (cerca de 400 vezes), logo seguido de ‘Europa’ – ‘Europeu’ – ‘Europeia’ (que surgem 167 vezes). São várias as expressões que

⁵ Discurso do 10 de Junho de 2007. Ai se acrescenta: “*a obra que os Portugueses realizaram não desapareceu, nem ficou perdida no tempo. Longe de ser apenas uma recordação nostálgica, essa obra permanece viva, quer em cada uma das muitas paragens onde constituímos comunidades, quer nessa rede global de contactos em que o planeta está hoje transformado.*”

⁶ “*O facto de nos entendermos na mesma língua e de partilharmos uma História que foi comum durante alguns séculos não é irrelevante*” (10 de Junho de 2008).

põem como actor da aventura colonial um “*Portugal europeu*” e, conseqüentemente, uma Europa entendida como farol do mundo. Em 2007, por exemplo, considera-se que Portugal foi “*o rosto visível da civilização europeia nos quatro cantos do mundo*”. Em 2010 afirma-se que “*difundimos por toda a parte a cultura de um continente ancestral, que durante muitos séculos vivera voltado sobre si mesmo*”.

A maioria das referências faz eco obviamente da actualidade política e da relevância da União Europeia na definição dos destinos do país (acentuada com o incremento da dependência político-económica a seguir ao resgate da troika, em 2011). Com esse pano de fundo, as referências de teor histórico tendem a procurar demonstrar o carácter ancestralmente europeu do país, tornando ‘natural’ a pertença, não só ao continente, como ao ‘projeto europeu’. Ao mesmo tempo, buscam vincar uma especificidade cujo traço essencial, neste caso, estaria no espírito pioneiro com que “*revelámos à Europa dois terços do planeta*” (25 de Abril de 2010).

Por fim, um quinto e último tópico remete para o silêncio sobre a guerra colonial - que é, no fundo, um silêncio sobre as razões do fim do Império e os antecedentes do 25 de Abril. Quando tem necessidade de mencionar o tema - como aconteceu em 2011 na “*Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Guerra em África*”⁷ - Cavaco Silva usa as expressões ‘Guerra em África’ ou mesmo ‘Guerra do Ultramar’. Esta era, recorde-se, a designação usada pelo Estado Novo para indicar a guerra que decorria, não nas ‘colónias’, mas nas ‘províncias ultramarinas’, nomenclatura introduzida com a revisão constitucional de 1951 e suscitada pelos ventos descolonizadores do pós-guerra. Efectivamente, a expressão ‘guerra colonial’ não surge uma única vez nos discursos observados, mas o próprio termo ‘guerra’, sem outro qualificativo apenso, aparece uma única vez, no discurso de 25 de Abril de 2010, fazendo-se aí menção abstracta a um tempo histórico em que “*caía um regime cansado de guerra*”.

A queda do regime é assim interpretada essencialmente à luz dos direitos cívicos coartados e da evocação descontextualizada da acção do MFA, omitindo-se o papel da guerra colonial e o lugar dos movimentos de libertação africanos no desgaste decisivo da ditadura. Importa notar que a leitura do 25 de Abril veiculada por Cavaco Silva é composta por dois cortes: um primeiro corte, entre o “*regime autoritário*” (expressão usada quatro vezes, em detrimento de Estado Novo ou ‘fascismo’) e a democracia; e um segundo corte, entre a democracia e as ameaças à sua consolidação, identificadas nas movimentações políticas e sociais empreendidas nos momentos mais quentes da revolução. Desta forma, rasura-se a importância do processo revolucionário, entendendo-se a consolidação da democracia como resultado da derrota da revolução e não como um produto histórico originado por um compromisso em que se conteve a revolução mas dela se recolheram traços e conquistas substanciais (Rosas, 2014).⁸

Estes cinco tópicos apontam para a persistência de um imaginário de traços coloniais num espaço-tempo pós-colonial. Nos discursos de Cavaco Silva, a questão colonial é deslocada através de um mecanismo que omite os processos históricos ligados ao racismo, à

⁷ Aníbal Cavaco Silva (2011/2012), *Roteiros VI*, pp. 49-51. Nos discursos militares do 10 de Junho, a menção à guerra colonial aparece por duas vezes, sempre designada como “*guerra em África*”.

⁸ Essa valorização da democracia *apesar* do processo revolucionário está presente em excertos como este: “*Em 1974, foi necessário fazer uma revolução para mudar de regime. Mas, depois, foi necessário construir um regime novo, um regime democrático. (...) O regime democrático encontra-se atualmente consolidado porque o bom senso prevaleceu sobre o aventureirismo, porque o sentido de responsabilidade foi mais forte que as tentações extremistas.*” (25 de Abril de 2012).

escravatura e à dominação económica e cultural e que, em alternativa, realça o papel da língua, do património e do Mar como componentes diferenciadoras da experiência colonial portuguesa. Nenhum destes elementos é propriamente novo, reciclando - com recurso a uma nova linguagem e conferindo destaque a outros aspectos, como a tónica num certo discurso eurocêntrico que vinca a identidade de um ‘Portugal europeu’ - um conjunto de tópicos sobre os ‘Descobrimientos’ e a diferença do “*modo português de estar no mundo*” (Castelo, 1999). Se estas interpretações do passado revelam uma dada leitura da História – e dos seus usos no presente – elas dão conta também da dificuldade em evocar a dimensão violenta do colonialismo e a forma traumática como se encerrou o ciclo do Império.

Referências

- Alexandre, Valentim (1995), “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX), *Penélope*, 15, 39-52.
- Cardão, Marcos (2012), *Fado tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Castelo, Cláudia (1999), *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Loff, Manuel (2014), “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, in Manuel Loff, Luciana Soutelo, Filipe Piedade (orgs.), *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina.
- Lourenço, Eduardo (2014), *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva.
- Medeiros, Paulo de (2000), “Hauntings: memory, fiction, and the Portuguese colonial wars”, in Timothy Ashplant, Graham Dawson, Michael Roper (orgs.), *Commemorating War: The Politics of Memory*. New York: Routledge, 47-76.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- Rosas, Fernando (2014), “Ser e não ser – notas sobre a revolução portuguesa de 74/75 no seu 40.º aniversário”, *Vírus*, 5, 4-12.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-Identity”, *Luso-Brazilian Review*, 39 (2), 9-43.
- Silva, Aníbal Cavaco (2011/2012), *Roteiros VI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Silva, Aníbal Cavaco, Discursos proferidos entre 2006 e 2014 nas sessões solenes do 25 de Abril e nas comemorações civis do 10 de Junho. Consultados na página oficial da Presidência da República: <http://www.presidencia.pt/>.

Teixeira, Rui de Azevedo (1998), *A Guerra colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse*. Lisboa: Editorial Notícias.

Vecchi, Roberto (2010), *Excepção Atlântica. Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento.